



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Ananindeua

Sexta feira, 18 de Setembro de 2009

ANO XVI ♦ ANANINDEUA ♦ PARÁ

Nº. 839

PODER EXECUTIVO

HELDER BARBALHO
Prefeito Municipal de Ananindeua

SANDRA BATISTA
Vice-Prefeita

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SECRETARIADO:

PAULO SÉRGIO DE MELO GOMES
Chefe de Gabinete do Prefeito
ANTONIO SEVERINO FILHO
Controlador Geral do Município
EDILSON BAPTISTA DE OLIVEIRA DANTAS
Procurador Geral do Município
OTAVIO OLIVA NETO
Secretário Municipal de Administração
FILIPPE BURLAMAQUI BASTOS
Secretário Municipal de Agronegócios e Meio Ambiente
DANIELA LIMA BARBALHO
Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho
SEBASTIÃO REGINALDO DE CASTRO FERREIRA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária Municipal de Educação
MARCOS RODRIGUES DE MATOS
Secretário Municipal de Gestão Fazendária
ZINDA LOBATO NUNES
Secretária Municipal de Habitação
HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças.
EDUARDO CARNEIRO DA SILVA
Secretário Municipal de Saneamento e Infra-estrutura
DÉBORAH MAIA CRESPO
Secretária Municipal de Saúde
LUIS CLÁUDIO QUEIROZ DE FREITAS
Secretário Municipal de Segurança e Defesa Social

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

GISELA SEQUEIRA CUNHA
Diretora Executiva do Instituto Escola de Governo e Gestão Pública de Ananindeua
MARGARIDA MARIA DA CUNHA NASSAR
Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua
EDILENA CORDEIRO DA SILVA
Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Ananindeua

PODER LEGISLATIVO

ELIEL PEREIRA FAUSTINO FILHO – PR - PRESIDENTE
RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA–PMDB–VICE PRESIDENTE
FRANCISCO DE SOUZA BARROS – PRP – 1º SECRETÁRIO
CARLOS CORRÊA LIMA – PMDB – 2º SECRETÁRIO
JOSÉ DUARTE LEITE – PSC – 3º SECRETÁRIO
FRANCILDA PEREIRA DA SILVA – PSDB – 4º SECRETÁRIO
LEILA CARVALHO FREIRE – PMDB
CARLOS BEGOT DA ROCHA – PP
ARLINDO PENHA DA SILVA – PRB
RUI BEGOT DA ROCHA – PR
ED WELLINGTON DE ALMEIDA PEREIRA – PMDB
LIVIO RODRIGUES DE ASSIS JÚNIOR - PMDB
AFONSO ROMILDO PIMENTEL DE ALMEIDA – PSC
RONALDO PROENÇA SEFER – PR
WALDEMIRO DE ASSIS NASCIMENTO – PDT
LUIS CLÁUDIO PINTO DA SILVA – PMDB
ALMIR JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - PSDB
JORGE BRASIL SERIQUE – PRP
PEDRO SOARES LEÃO – PT

PODER JUDICIÁRIO

Dr^ª. DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BUHRNHEIM.
DIRETORA DO FORUM
Dr. OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE
Juiz da 1ª vara Cível
Dr^ª. LAILCE ANA MARRON DA SILVA CARDOSO
Juíza 2ª Vara Cível
Dr^ª. ANDREA CRISTINE CORREA RIBEIRO
Juíza da 3ª Vara Penal
Dr. CLAUDIO MENDONÇA FERREIRA DE SOUZA
Juiz da 4ª Vara Cível
Dr^ª. ANDREA LOPES MIRALHA
Juíza da 5ª vara Penal
Dr^ª. GUISELA HAASE DE MIRANDA MOREIRA
Juíza da 6ª Vara Penal
Dr^ª. MARILIA LOURIDO DOS SANTOS
Juíza da 7ª Vara Cível
Dr^ª. DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BUHRNHEIM
Dr^ª. FABIOLA URBINATI MAROJA - Substituta
Juíza da 8ª Vara da Infância e Juventude
Dr^ª. ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO
Juíza da 9ª Vara Penal

NESTA EDIÇÃO

GABINETE DO PREFEITO

LEI ORÇAMENTÁRIA.....	Pág. 3 a 7
DECRETO.....	Pág. 7
PORTARIAS GP.....	Pág. 7, 8

SECRETARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA 001/2009.PMA.SESAU.....	Pág. 8
DESPACHO HOMOLOGATÓRIO.....	Pág. 8
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.....	Pág. 8

Diário Oficial

Órgão Oficial do Poder Executivo do Município de Ananindeua
Criado pela Lei Nº. 1.179 de 29 de janeiro de 1993

Prefeitura Municipal de Ananindeua

Av. Magalhães Barata, 1515 – Ananindeua – Pará
Fone: 30732500 / 30732510 / 30732522
Site: www.ananindeua.pa.gov.br

Nº 839

GABINETE DO PREFEITO
 CHEFE DE GABINETE: PAULO SÉRGIO DE MELO GOMES
 Endereço: Av. Magalhães Barata nº 1515
 CEP: 67020-010
 Tel: 3073-2126, 30732118

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – **CGM**
 ANTONIO SEVERINO FILHO - CONTROLADOR GERAL
 Rod. Mário Covas nº. 11 – Coqueiro
 CEP: 67113-330
 Tel.: 3073-2223

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – **PROGE.**
 EDILSON BAPTISTA DE OLIVEIRA DANTAS
 PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
 Endereço: Av. Magalhães Barata n 1515
 CEP: 67020-010
 Tel: 3073-2103

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – **SEMAD.**
 OTAVIO OLIVA NETO - SECRETÁRIO
 Rod. Br 316, Km 08, Rua Júlia Cordeiro, 112
 CEP: 67035-080
 Tel: 3073 2500 / 3073.2510 Fax: 3073.2544
 E-mail: semad@ananindeua.pa.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIOS E MEIO AMBIENTE
SEAMA.
 FILLIPE BURLAMAQUI BASTOS – SECRETÁRIO
 Av. Cláudio Saunders, 2100
 CEP: 67630-000
 Tel.: 3255 1780 / 3255 3266
 E-mail: Seamaananin@hotmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E
 TRABALHO – **SEMCAT.**
 DANIELA LIMA BARBALHO – SECRETÁRIA
 Rod. Br 316, Km 08, Rua Júlia Cordeiro, 67
 CEP: 67035-080
 Fone: (91) 3344-1551 / 3344-1555 FAX: 3344-1590

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO,
 CIENTIFICO E TECNOLÓGICO – **SEDECT.**
 SEBASTIÃO REGINALDO DE CASTRO FERREIRA - SECRETÁRIO
 Rod. Br 316, Km 03, Av. Magalhães, 26, Guanabara
 CEP: 67010-570
 Tel: (091) 3250-1085
 E-mail Sedic@veloxmail.com.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **SEMED**
 ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA - SECRETÁRIA
 Rod. Br 316, Km 03, Av. Magalhães, 26, Guanabara
 CEP: 67010-570
 Tel: 3321-3107 Fax: 3321.3112

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA – **SEGEF.**
 MARCOS RODRIGUES DE MATOS - SECRETÁRIO
 Conj. Cidade Nova IV, WE 21, 111
 CEP: 67130-310
 Tel: 3073-2305 / 9902-8215 / 8111-4200

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – **SEHAB.**
 ZINDA LOBATO NUNES - SECRETÁRIA
 Av. Cláudio Saunders, 1000
 CEP: 67630-000
 Tel: 9606.1362/ 3282.0855 fax: 3255.9226
 E-mail: sehab.adm@prontonet.com.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
 FINANÇAS – **SEPOF.**
 HANA SAMPAIO GHASSAN - SECRETÁRIA
 Estrada da Providência, 315-A Coqueiro
 CEP: 67030-170
 Tel.: 3287-2625 – Fax 3263-9900

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA
SESAN.
 EDUARDO CARNEIRO DA SILVA – SECRETÁRIO
 Rodovia Mário Covas, 11, Viaduto.
 CEP: 67113-330
 Tel: 99673452 / 3073-2238
 E-mail: gab.sesan@gmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – **SESAU.**
 DÉBORAH MAIA CRESPO – SECRETÁRIA
 Rodovia Mário Covas, 11, Viaduto
 CEP: 67113-330
 Tel: 3073-2224 / 3073-2279

E-mail: gabinetesesau@yahoo.com.br
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
SESDS.
 LUIZ CLAUDIO QUEIROZ DE FREITAS – SECRETÁRIO
 Cidade Nova V WE 31, nº 782 esquina com a SN 19.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

INSTITUTO ESCOLA DE GOVERNO E GESTÃO PÚBLICA DE
 ANANINDEUA - **IEGGPA**
 GISELA SEQUEIRA CUNHA - Diretora Executiva
 Rod. Br 316, Km 07, 590 – 4º andar
 Prédio Sede da Faculdade da Amazônia - FAMA
 CEP: 67033-000
 Tel.: (091)3255-2236
 e-mail: iega.pma@gmail.com

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO
 MUNICÍPIO DE ANANINDEUA – **IPMA.**
 MARGARIDA MARIA DA CUNHA NASSAR – Presidente
 Rod. BR 316, km 8, Rua Júlia Cordeiro, 67 - CENTRO
 CEP: 67035-080
 Tel.: 3255-0107

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ANANINDEUA **FUMCAN.**
 EDILENA CORDEIRO DA SILVA – Diretor – Presidente
 Rua Cláudio Saunders, 75, Centro.
 CEP: 67030-160.

CONSELHOS MUNICIPAIS

CONSELHO TUTELAR I

COORDENADORA: MARGARETE SANTOS
 Rua Cláudio Saunders, 1174 – Centro.
 CEP: 67030-160
 Tel.: 3255-3177

CONSELHO TUTELAR II

COORDENADORA: ANDRÉA MARIA DO NASCIMENTO
 Travessa WE 51 Cidade Nova IV/VIII – Coqueiro
 CEP: 67133-340
 Tel.: 3295-1451

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **CMAS.**

GERALDO DA SILVA – PRESIDENTE
 C. Nova II, SN 2, entre We 13 e 16
 Tel.: 3234-3685

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – **COMDICA.**

INGRID VALE – PRESIDENTE
 C. Nova II, SN 2, entre We 13 e 16 – Coqueiro
 Tel.: 3234-3685

O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ANANINDEUA **COMAM**

FELIPE BURLAMAQUI BASTOS – PRESIDENTE
 Rua Claudio Saunders nº 2.100 – Maguari
 Tel.: 3255-1780

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - **CAE.**

IVANEZ CEREJA DE DE SOUZA – PRESIDENTE
 Rod. Br 316, Km 08, 1140, Centro
 CEP: 67030-170
 Tel.: 3255-1005

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **CME.**

Profª. FRANCISCO WILLAMS CAMPOS LIMA - PRESIDENTE
 Rod. Br 316, Km 08, 1140, Centro
 CEP: 67030-170
 Tel.: 3255-1005

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA – **CMFUNDEB**

Profª. MARINETE SILVA SAMPAIO DANTAS
 Rod. Br 316, Km 08, 1140, Centro
 CEP: 67030-170
 Tel.: 3255-1005

CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

HANA SAMPAIO GHASSAN – PRESIDENTE
 Rod. Br 316, Km 08, Rua Júlia Cordeiro, 67
 CEP: 67035-080
 Tel.: 3073-2500

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

DÉBORAH MAIA CRESPO – PRESIDENTE
 Rua A, Vila Boa Esperança nº. 3 – Levilandia.

Nº 839

CEP: 67030-070

Tel.: 3255-3200

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.386 DE 13 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANANINDEUA estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2010, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - A estrutura e organização dos orçamentos do Município;
- III - As diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e de suas alterações;
- IV - As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - As disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;
- VII - As metas fiscais;
- VIII - O regime próprio de previdência;
- IX - Os riscos fiscais;
- X - As disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - O Poder Público terá como prioridade e meta a melhoria das condições de vida e do bem-estar social do cidadão, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal deverá desenvolver políticas e ações para garantir a moradia e dignidade, com desenvolvimento urbano e valorização dos bairros e desenvolvimento econômico, emprego e renda.

§ 1º- As prioridades e metas referidas no "caput" deste artigo, integrarão a lei que instituir o Plano Plurianual 2010 - 2013;

§ 2º- A definição e execução da programação de trabalho deverá observar, além das prioridades estabelecidas no "caput" deste artigo, as seguintes diretrizes de governo.

- I - Equilíbrio entre receitas e despesas, garantindo a responsabilidade fiscal, ampliando a eficiência tributária e o controle sobre os gastos públicos;
- II - Cooperação entre governo e sociedade;
- III - Melhorar o acesso da população ao saneamento (água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo);
- IV - Reduzir o déficit habitacional e promover a regularização fundiária das propriedades urbanas e rurais;
- V - Fortalecimento das instituições locais;
- VI - Ampliar, apoiar e fortalecer a atuação junto às micros, pequenas e médias empresas urbanas e

rurais, com o apoio a capacidade empreendedora e o estímulo à economia solidária;

- VII - Parcerias com instituições privadas e organizações não governamentais;
- VIII- Articulação e integração política e técnica com outros entes da Federação;
- IX - Melhoria dos indicadores sociais e econômicos do Município;
- X - Aperfeiçoar o acesso aos serviços de saúde pública, fortalecendo o Sistema Único de Saúde, e os profissionais do setor;
- XI - Combater as desigualdades sociais, a violência e promover a garantia dos direitos, em especial aos grupos vulneráveis;
- XII - Ampliar, qualificar e humanizar o atendimento ao cidadão pelos órgãos de segurança e trânsito;
- XIII- Redimensionar e qualificar o sistema de transporte, intensificando a expansão e revitalização da sinalização, a qualidade e a acessibilidade dos transportes coletivos;
- XIV- Valorização do Servidor Público Municipal;
- XV - Aperfeiçoar a qualidade do sistema de educação pública e valorizar os profissionais do ensino;
- XVI- Comprometer-se com a transparência da gestão pública e o combate permanente a corrupção, garantindo o controle social para a sociedade;
- XVII- Consolidar o fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal Integrada e Participativa, implantar o projeto Abrace Seu Bairro;
- XVIII- Continuar a pavimentação de vias, melhorando a fluidez e a segurança na movimentação da população.

§ 3º- A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2010 e a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com o instituído nesta Lei;

§ 4º- O anexo das metas fiscais de que trata o inciso VI, do art, 1º desta Lei, poderá ser ajustado por ocasião do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, se verificado, que quando da sua elaboração, que o comportamento das variáveis macroeconômicas e/ou da execução das receitas e despesas, indiquem a necessidade de revisão.

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2010 terão precedência na alocação dos recursos na lei orçamentária de 2010 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2010, por função, sub-função, programas, projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º- Para efeito desta Lei entende-se por:

- I - Função - nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público;
- II - Sub-função - nível de agregação de um subconjunto de ações do setor público;
- III - Programa - instrumento de organização da ação governamental, que visa à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual 2010-2013;
- IV - Atividade - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das

Nº 839

quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V - Projeto - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

VI - Operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

§ 2º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações;

§ 3º - Cada projeto, atividade e operação especial, identificará a função e a sub função às quais se vinculam.

Art. 5º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhando-a por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos e grupos de despesa, conforme a seguir discriminados:

- I - Pessoal e encargos sociais - 1;
- II - Juros e encargos da dívida - 2;
- III - Outras despesas correntes - 3;
- IV - Investimentos - 4;
- V - Inversões financeiras - 5;
- VI - Amortização da dívida - 6.

§ 1º - A Reserva de Continência, prevista no art, 43 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 no que se refere ao grupo de natureza de despesa;

§ 2º - A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - Transferência à União - 20
- II - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - 50;
- III - Aplicação direta - 90;
- IV - A ser definida - 99;
- V - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social - 91.

§ 3º - É vedada a execução orçamentária com a modalidade de aplicação "a ser definida - 99".

Art. 6º - A Lei Orçamentária Anual para 2010, compreenderá:

- I - O Orçamento Fiscal, que abrange os Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;
- II - O Orçamento da Seguridade Social, que abrange os Órgãos relativos à saúde, à previdência e à assistência social,

Art. 7º - São fontes do Orçamento Fiscal:

- I - Receitas Tributárias;
- II - Receitas de Contribuições;
- III - Receita Patrimonial;
- IV - Receita Agropecuária;
- V - Receita Industrial;
- VI - Receitas de Serviços;
- VII - Transferências Correntes;
- VIII - Outras Receitas Correntes;
- IX - Operações de Crédito;
- X - Alienação de Bens;

XI - Amortização de Empréstimos;

XII - Transferências de Capital; e,

XIII - Outras Receitas de Capital,

Art. 8º - São fontes do Orçamento da Seguridade os recursos provenientes de:

I - Contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o art, 212, § 5º da Constituição Federal;

II - Contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do município;

III - Demais receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, este orçamento.

Parágrafo Único - A destinação de recursos para atender a despesa com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá, no que couber, ao princípio da descentralização.

Art. 9º - Os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, incluirão as dotações correspondentes às Unidades Orçamentárias da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 10 - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2009, observará, além das demais disposições constitucionais e legais, o disposto no art, 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, constituindo-se de:

I - Mensagem de encaminhamento do Projeto da Lei Orçamentária Anual;

II - Texto da lei;

III - Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art, 22, inciso III da Lei nº 4,320, de 17 de março de 1964;

IV - Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social;

V - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social;

VI - Reserva de contingência;

VII - Demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas do Plano Plurianual.

Parágrafo Único - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III, deste artigo incluindo os complementos referenciados no art, 22, inciso III da Lei nº 4,320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - Evolução da receita segundo as categorias econômicas;

II - Resumo da receita dos orçamentos fiscais e da seguridade social, por categoria econômica;

III - Resumo da receita da administração indireta, por categoria econômica;

IV - Evolução da despesa segundo as categorias econômicas;

V - Resumo da despesa dos orçamentos fiscais e da seguridade social por categoria econômica;

VI - Despesa dos orçamentos fiscais e da seguridade social por eixo e órgão, segundo o grupo de despesas;

VII - Despesa por função e órgão, segundo as categorias econômicas;

VIII - Despesas por programas e órgão, segundo as categorias econômicas;

IX - Receita e despesa dos orçamentos fiscais e da seguridade social.

Art. 11 - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

a) As ações descentralizadas de educação, saúde e assistência social;

b) As ações de alimentação escolar;

Nº 839

- c) Ao cumprimento de débitos judiciais transitados em julgado;
- d) As despesas com publicidade.

Art. 12 - O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 10 de agosto de 2009, sua proposta orçamentária, para consolidação com as propostas das demais entidades da administração pública municipal e compatibilização com a receita prevista.

Parágrafo Único - A proposta orçamentária do Poder Legislativo obedecerá aos limites constitucionais vigentes.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13 - A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2010, a aprovação e a execução da respectiva lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 14 - A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá obedecer ao que determina a Lei Municipal nº 2006 de 29 de julho de 2002, como prevê o art, 26 da Lei nº 101/2000 - LRF,

Art. 15 - São vedados aos ordenadores de despesas quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo da responsabilização e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo;

§ 2º - É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial após o último dia útil do exercício, exceto para fins de apuração do resultado.

Art. 16 - O Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias após a publicação, cópia de convênios com outras esferas de governo evidenciando o objeto do mesmo.

Art. 17 - A proposta orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento:

- I - Da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
- II - Da aplicação mínima em ações e serviços públicos de educação, em cumprimento ao disposto no art, 212 da Constituição Federal;
- III - Do aumento real do salário mínimo;
Parágrafo Único - No caso das dotações da Lei Orçamentária serem insuficientes, serão objeto de crédito suplementar a ser aberto no exercício de 2010, observado o disposto nos arts, 17 e 24 da Lei complementar nº 101, de 2000.

Art. 18 - A estimativa das receitas próprias municipais considerará:

- I - Os fatores conjunturais e estruturais que possam vir a influenciar na arrecadação de cada fonte de receita;
- II - As políticas municipais implementadas na área fiscal e a modernização da máquina fazendária;
- III - As alterações na legislação tributária no exercício de 2009 que vigorarão em 2010;
- IV - O comportamento histórico das fontes de receitas e suas tendências.

Art. 19 - A estimativa das receitas transferidas ao município considerará:

- I - As parcelas de receitas pertencentes ao Município, estimadas pelas esferas Federal e Estadual e liberadas de acordo com o disposto no § 5º do art, 153, no art, 158, inciso I a IV e § único e art, 159, inciso I, alínea b, c e § 1º da Constituição Federal, no que couber; e,
- II - As parcelas de receitas de convênios, fundos ou contratos firmados com outras esferas governamentais ou com a esfera privada;
- III - As parcelas de receitas provenientes de repasse federal e estadual em decorrência da municipalização da saúde, educação e assistência social.

Art. 20 - A estimativa das receitas decorrentes das operações de crédito será feita de acordo com o cronograma de desembolso dos contratos já firmados e/ou com autorizações concedidas, e desembolso assegurado para o exercício de 2010.

Parágrafo Único - A contratação de empréstimos estará condicionada à capacidade de endividamento do Município, obedecendo a critérios estabelecidos pelo Senado Federal e desde que se destinem, comprovadamente, a realização de obras essenciais, à aquisição de equipamentos para a administração municipal, nos limites e condições estabelecidas nos artigos 30 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21 - No Projeto de Lei Orçamentária anual, as despesas serão orçadas com base nos preços vigentes do mês de abril de 2009;

§ 1º- Os valores expressos na forma deste artigo poderão ser corrigidos na Lei Orçamentária anual, segundo a variação de preços observados no período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 2009;

§ 2º- A aplicação da correção prevista no § 1º deste artigo será efetuada através de ato do Chefe do Poder Executivo, explicitando o índice oficial adotado;

§ 3º- O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir dispositivo autorizando o Poder Executivo a atualizar, quando necessário, os créditos orçamentários anuais, mediante a utilização de índices relativos a preços e salários.

Art. 22 - Na programação das despesas serão observadas as seguintes restrições:

- I - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;
- II - As despesas com publicidade de cada Poder, não poderão ultrapassar o limite de 1% (um por cento) do orçamento (art, 22 § 2º da Constituição do Estado do Pará).

Parágrafo Único - Para cumprimento do disposto, o inciso II, deste artigo, são acrescidas às exclusões, como: as despesas com campanhas educativas nas áreas de saúde pública, segurança do trânsito, defesa e preservação ecológica, bem como campanhas na área de educação e chamada da população para matrícula escolar.

III - As despesas do município com a manutenção e desenvolvimento do ensino, não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme estabelecido no art, 212 da Constituição Federal;

IV - As despesas do município com o atendimento à saúde serão financiados em 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art, 156 e dos recursos de que trata o art, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal, conforme estabelecido no

Nº 839

art, 77, inciso III da Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000;

- V - As despesas totais do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, serão de 6% (seis por cento) do somatório das receitas tributárias e das transferências constitucionais, realizadas no exercício anterior, conforme o disposto no Art. 29, inciso VI, alínea “e” da Constituição Federal.

Art. 23 - Ao final de cada bimestre será verificada a realização da receita para efeito de cumprimento das metas de resultado primário ou nominal prevista no Anexo de Metas Fiscais, pelos Poderes Executivo e Legislativo, que promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, que deverá constar valores e percentuais, através de relatórios de avaliação de metas fiscais.

§ 1º- Para efeito de limitação de empenho deverá ser obedecida esta seqüência:

- I - Entre as despesas de capital e corrente, as de capital;
 II - Entre as de capital, as ainda não licitadas;
 III - Entre as licitadas, aquelas que não se referem a bens especificadamente elaborados para a administração pública.

§ 2º- Ficam excluídos de limitação de empenho, por ocorrerem independentemente da vontade do ordenador de despesas:

- I - As despesas decorrentes de obrigações legais, como folha de pagamento e encargos sociais de servidores;
 II - As despesas decorrentes de ordem judicial, que pela sua natureza não se processem por precatórios;
 III - As despesas já empenhadas pelo valor global decorrentes de contratos continuados, cuja execução se exaurir no tempo.
 IV - As despesas vinculadas às receitas do SUS, FUNDEB, FNDE, FNAS e convênios.

§ 3º - Na hipótese da não-ocorrência do disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o 10º dia após o encerramento do prazo estabelecido no “caput” deste artigo, os parâmetros adotados, as estimativas de receitas e despesas e o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e movimentação financeira.

Art. 24 - Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar por ato próprio até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecido em anexo desta Lei.

Art. 25 - A programação orçamentária quadrimestral e o cronograma de execução mensal de desembolso dos orçamentos fiscal e da seguridade social serão publicados pelo Poder Executivo a cada quadrimestre, até 30(trinta) dias após:

- I - A publicação da lei orçamentária, para o primeiro quadrimestre; e,
 II - O encerramento do quadrimestre anterior, para os demais quadrimestres.

Parágrafo Único - O ato referido no *caput* deste artigo será constituído de:

- I - Cronograma financeiro quadrimestral do Poder Executivo, por grupo de despesa e fonte de financiamento;
 II - Autorização de quotas orçamentárias quadrimestrais, discriminando as despesas por

unidade orçamentária, programa, grupo de despesa e fonte de financiamento.

Art. 26 - A lei orçamentária de 2009 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda.

Parágrafo Único - Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária anual a Procuradoria Geral do Município, através de ato próprio publicará a relação dos precatórios incluídos no orçamento municipal, especificando a ordem cronológica dos pagamentos e os respectivos valores.

Art. 27 - A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 - A dívida pública, classificada em dívida fundada e dívida fluante deverão integrar a proposta orçamentária, demonstrando o seu impacto sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 29 - As despesas com juros, amortização e encargos da dívida fundada deverão considerar as operações já contratadas ou com autorizações concedidas e contratos assegurados até a data do encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal de Ananindeua.

Parágrafo Único - Em caso de necessidade de refinanciamento da dívida interna, o Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projeto de lei dispendo sobre a matéria.

Art. 30 - A despesa relacionada com os compromissos da dívida interna e externa será assegurada em lei orçamentária, às contas de Encargos Gerais do município e amortização da dívida contratada.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em junho de 2009, projetada para o exercício de 2010, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos.

Art. 32 - No exercício de 2010, o total das despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo - ativos, inativos e pensionistas - da administração direta e indireta, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, em cumprimento ao que dispõe o art, 19 e 20 -III da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sendo:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo;
 b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 33 - No exercício de 2010, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput*, é de exclusiva competência do Secretário Municipal de Administração.

Nº 839

Art. 34 - Para fins de atendimento ao disposto no art, 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que comprovado que exista dotação orçamentária suficiente.

Art. 35 - Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concurso público, ficando condicionada as respectivas contratações ao limite estabelecido no art, 34 desta Lei.

Art. 36 - As admissões para cargos efetivos, temporários e comissionados, obedecerão à legislação vigente, ao plano de cargos e salários e a vigência do último concurso público realizado, bem como de realização de novo concurso.

Parágrafo Único - No caso de novo concurso, o Executivo Municipal, deverá encaminhar à Câmara Municipal, antes da publicação do edital, a estimativa do impacto financeiro no exercício e nos dois subsequentes.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 37 - O Prefeito Municipal poderá encaminhar à Câmara Municipal de Ananindeua, até dois meses antes do encerramento do atual exercício financeiro Projeto de Lei contendo propostas de alteração na legislação tributária, com o objetivo de aperfeiçoá-la e adequá-la à promoção do desenvolvimento sócio-econômico, garantindo a inclusão no exercício seguinte de receitas tributárias e contribuições não asseguradas, obedecendo aos princípios da anterioridade e anualidade.

CAPÍTULO VII DAS METAS FISCAIS

Art. 38 - As metas fiscais para o exercício de 2010 serão expressas em valores correntes e constantes para receitas e despesas, com resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública, para o exercício de 2009 e para os dois exercícios subsequentes na forma dos seguintes anexos:

- I - Avaliação do cumprimento de metas fiscais do exercício de 2008;
- II - Demonstrativo de metas anuais;
- III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Evolução do patrimônio líquido, dos últimos três exercícios;
- V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- VI - Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos;
- VII - Demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita;
- VIII - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 39 - Como mecanismos de controle e fiscalização os Poderes Executivo e Legislativo publicarão Relatório Resumido de Execução Orçamentária bimestral e Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral, conforme determinam os artigos 53 e 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VIII DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

Art. 40 - O regime próprio de previdência do Município de Ananindeua deverá manter o equilíbrio financeiro entre as receitas e despesas do sistema previdenciário, considerando os benefícios de cada exercício.

Art. 41 - A avaliação atuarial que garantirá as medidas necessárias ao equilíbrio financeiro deverá ser apresentada

pelo Diretor Presidente do IPMA, em relatórios aos Executivo e Legislativo, periodicamente,

Parágrafo Único - Os resultados atuariais e a previsão de receita e despesa do IPMA são constantes do Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

CAPÍTULO IX DOS RISCOS FISCAIS

Art. 42 - Havendo no processo de avaliação riscos que venham comprometer a realização de Receitas ou fatores que possam impor em curto prazo a realização da despesa serão tomadas providências constantes do Anexo de Riscos que integra a presente Lei.

Art. 43 - Deverá constar no Orçamento, dotação global sob a denominação de "Reserva de Contingência", no percentual equivalente entre 1% (um por cento) a 3 % (três por cento) da Receita Corrente Líquida, que será utilizada como fonte compensatória para abertura de créditos adicionais e atenderá os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme estabelecido na alínea "b", do Inciso III, do art, 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - Todas as receitas arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, inclusive as próprias, serão devidamente classificadas e obrigatoriamente contabilizadas no mês em que ocorrer o efetivo ingresso.

Art. 45 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e a natureza da despesa.

Art. 46 - As despesas de pequenos vultos, referente à Material Permanente, segundo classificação da Portaria nº, 448, de 13 de setembro de 2002, deverá ser consultada anteriormente a Controladoria, para efeito de incorporação patrimonial, considerando a durabilidade do bem.

Art. 47 - O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante convênio, conforme art, 62, da Lei Complementar nº. 101.

Art. 48 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do TCM, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para as quais receberam os recursos.

Art. 49 - O chefe do Poder Executivo poderá propor modificação no Projeto de Lei Orçamentária anual através de Mensagem à Câmara Municipal de Ananindeua, de acordo com o § 4º, do art, 146, da Lei Orgânica do Município de Ananindeua.

Art. 50 - As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentária anual pelo Legislativo, a que se refere o art, 146 da Lei Orgânica do Município de Ananindeua, serão apresentadas com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para os orçamentos, obedecendo, ainda, o que dispõem o art, 33 da Lei Federal nº 4,320 e o art, 166, § 3º, inciso I, da Constituição Federal, bem como, serem compatíveis como o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 51 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será devolvido ao Executivo para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

§ 1º - Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária Anual não haver sido sancionado até o dia 31 de dezembro de 2009 a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

Nº 839

- I - Despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais;
- II - Pagamento de despesas com pessoal e seus encargos, pagamento de benefícios da previdência social e serviço da dívida;
- III - Despesas consideradas imprescindíveis, tais como: recolhimento do lixo e assistência social;
- IV - Até 1/12 avos dos valores fixados para as demais despesas,
- § 2º- Os procedimentos previstos neste artigo poderão ser utilizados até o mês de sanção da referida Lei;
- § 3º- Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude do procedimento previsto neste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, através da abertura de créditos adicionais com base em remanejamento de dotações.

Art. 52 - A aprovação de dispositivo legal de iniciativa do Poder Executivo, que crie órgãos, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, será precedida de análise pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF.

Art. 53 - No Projeto de Lei Orçamentária os recursos destinados a investimentos deverão ser alocados nas unidades orçamentárias em que será feita a respectiva aplicação.

Art. 54 - O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF deverá atender as solicitações encaminhadas pelo Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Orçamento, da Câmara Municipal de Ananindeua, sobre informações e dados quantitativos e qualitativos, que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do Governo.

Art. 55 - A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPLAN, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, os Quadros de Detalhamento da Despesa, especificando, no seu maior nível, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.

§ 1º- Os Quadros de Detalhamento da Despesa serão alterados em virtude de abertura de crédito adicional ou de fato que requeira a adequação das dotações às necessidades da execução orçamentária, observados os limites fixados na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º- As alterações orçamentárias referidas no parágrafo anterior serão aprovadas por meio de:

- I - Decreto: quando a alteração ocorrer em projetos e/ou atividades diferentes, grupos de despesa e modalidades de aplicação diferentes;
- II - Portaria: quando a alteração ocorrer, na mesma modalidade de aplicação, no mesmo projeto/atividade e mesmo grupo de despesa;
- III - A inclusão de fonte de recurso, modalidade de aplicação, grupo e natureza de despesas ou de acréscimo no valor de projeto, atividade ou operação especial, contemplados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, será feita mediante aberturas de créditos suplementares, através de ato do Poder Executivo, conforme esta Lei e cujo limite de autorização será fixado na Lei Orçamentária anual.

Art. 56 - A Lei Orçamentária conterà autorização ao Poder Executivo para abertura de Créditos Adicionais Suplementares, conforme disposto no art, 70 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 57 - Para abertura de créditos adicionais, serão indicados os recursos referentes ao art, 43 § 1º da Lei Nº 4.320/1964.

Art. 58 - A reabertura de créditos especiais e extraordinários, promulgados nos últimos quatros meses de 2008, será efetivada mediante decreto do chefe do Poder Executivo, nos limites dos seus saldos e serão incorporados ao orçamento de 2009, conforme determinação do art, 167 § 2º da Constituição Federal de 1988.

Art. 59 - Havendo alteração, por ato da esfera federal, nos códigos de classificação da Receita e/ou despesa, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar os códigos nos orçamentos vigentes.

Art. 60 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANANINDEUA-PA, 13 DE JULHO DE 2009.

HELDER BARBALHO
Prefeito Municipal de Ananindeua

DECRETO Nº 12.980, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DESAPROPRIATÓRIOS (DECRETO-LEI Nº 3.365, de 21.06.41, ARTS. 2º, 5º “i” e “p”, 6º, A POSSE E/OU DOMÍNIO DO TERRENO URBANO, SITUADO NA ÁREA QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANANINDEUA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70, VIII da Lei Municipal nº 942, de 4 de abril de 1990, e com fundamento nos arts. 5º, XXIV, e 182, § 3º da Constituição Federal, bem como nos artigos 2º, 5º, i.p. e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, e artigo 115, VIII da Lei Municipal nº 942/90 e,

Considerando o disposto no Decreto nº 7.727 de 18 de Setembro de 2007 que autoriza as desapropriações no bairro do Icuí-Guajará, com vistas a atender o Projeto Sanear Ananindeua;

Considerando a exigência legal para que as áreas destinadas a esse Projeto estejam escrituradas em nome do Município junto aos cartórios de registros de imóveis.

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a posse e/ou domínio do imóvel urbano, de formato regular, sem benfeitorias e desocupado, situado na Estrada Santa Maria, Jardim Kioto, Lote nº 89, formado pela unificação dos Lotes nºs. 09, 10, 19 e 20, da Quadra H, no bairro do Icuí-Guajará, neste município, medindo ao todo 25,00m de largura na frente e nos fundos, por 50,00m de extensão em ambas as laterais, perfazendo uma área de 1.250,00 m², limitando-se pela frente com a Rua Idelfonso Albano, pela lateral direita com os Lotes nºs 08 e 18; pela lateral esquerda com a Rua Soares Carneiro; e, pelos fundos com a Rua Nagasaki, conforme Memorial Descritivo e Croquis, partes integrantes e indissociáveis deste Decreto.

Art. 2º - A área desapropriada destina-se à construção de uma escola que faz parte dos equipamentos públicos previstos para o Projeto SANEAR ANANINDEUA naquele bairro.

Nº 839

Art. 3º - A propriedade do imóvel constante do Art. 1º deste Decreto é atribuída a AMARO BARRETO DA ROCHA KLAUTAU.

Art. 4º - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a promover todas as medidas necessárias à efetiva desapropriação de que trata o presente Decreto, utilizando como parâmetro o valor de mercado, sem prejuízo de avaliação do valor venal para efeito de IPTU.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANANINDEUA-PA, 14 DE SETEMBRO DE 2009.

HELDER BARBALHO
Prefeito Municipal de Ananindeua

PORTARIA GP Nº 988/2009 DE 02 DE SETEMBRO DE 2009

O Prefeito Municipal de Ananindeua, usando de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 105 e 108, da Lei nº 2.177, de 01/12/2005;

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, 01 (uma) diária, ao servidor LUIZ GUILHERME FERREIRA DA SILVA, portador do CPF nº 297.880.052-68, no valor unitário de R\$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais), a título de indenização de despesas, com deslocamento para fora da sede, à cidade de Teresina/PI, no dia 03 de setembro de 2009, a fim de tratar de interesses deste Município.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ananindeua, 02 de setembro de 2009.

HELDER BARBALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA GP Nº 570/2009 DE 22 DE MAIO DE 2009

O Prefeito Municipal de Ananindeua, usando de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 105 e 108, da Lei nº 2.177, de 01/12/2005;

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, 05 (cinco) diárias, ao Controlador Geral do Município ANTONIO SEVERINO FILHO, portador do CPF nº 081.633.083-20, no valor unitário de R\$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 4.120,00 (quatro mil, cento e vinte reais), a título de indenização de despesas, com deslocamento para fora da sede, à cidade de São Paulo/SP, no período de 25 a 29 de maio de 2009, a fim de tratar de interesses deste Município.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ananindeua, 22 de maio de 2009.

HELDER BARBALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA GP Nº 1003/2009 DE 08 DE SETEMBRO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Ananindeua, usando de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 105 e 108, da Lei nº 2.177, de 01/12/2005;

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, 03 (três) diárias, a Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças HANA SAMPAIO GHASSAN, portadora do CPF nº 297.292.202-63, no valor unitário de R\$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 2.472,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais), a título de indenização de despesas, com deslocamento para fora da sede, à cidade de Brasília/DF, no período de 09 a 11 de setembro de 2009, a fim de tratar de assuntos referentes ao financiamento do FGTS realizado entre a Caixa Econômica Federal e esta Prefeitura Municipal.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ananindeua, 08 de setembro de 2009.

HELDER BARBALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA GP Nº 1013/2009 DE 09 DE SETEMBRO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Ananindeua, usando de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 105 e 108, da Lei nº 2.177, de 01/12/2005;

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, 02 (duas) diárias, ao servidor SÉRGIO ERICH IMBIRIBA VICENTE, portador do CPF nº 680.442.242-20, no valor unitário de R\$ 412,00 (quatrocentos e doze reais), totalizando o valor de R\$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais), a título de indenização de despesas, com deslocamento para fora da sede, à cidade de Rondon do Pará/PA, nos dias 10 e 11 de setembro de 2009, a fim de tratar de interesses deste Município.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ananindeua, 09 de setembro de 2009.

HELDER BARBALHO
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA
001/2009.PMA.SESAU

RELATÓRIO FINAL COMISSÃO EXAMINADORA DA CHAMADA PÚBLICA - CREDENCIAMENTO DE ACORDO COM OS TERMOS DO EDITAL PARA O CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE Nº 001/2009 - PMA/SESAU

RELATÓRIO Nº 001/2009 - COMISSÃO EXAMINADORA. SESAU

A Comissão Examinadora da Chamada Pública, designada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, pela Portaria nº 13/2009 - GAB./SESAU, de 28 de maio de 2009, torna público a relação dos prestadores credenciados (em ordem alfabética) nos termos do Edital para o Credenciamento de Estabelecimentos Prestadores de Serviços na Área da Saúde nº 001/2009 - PMA/SESAU, de 09 de julho de 2009:

I - Dos Proponentes Credenciados (com distribuição de quotas):

Nº 839

- Atroclin – Clínica de Reabilitação Física e Motora S/S Ltda.;
- CEMAZA – A.A Centeno Neto e Cia Ltda.;
- CEMAZA – Instituto de Patologia Clínica Ltda.;
- Centro Cirúrgico São Lucas S/C Ltda.;
- CLIMEC – Clínica Médica Ltda.;
- Clínica Pediátrica Nossa Senhora de Fátima SS Ltda.;
- F.C. de Macedo Serviços Médicos Ltda.;
- Fernandes & Oliveira Ltda.;
- Hospital das Clínicas de Ananindeua.;
- Hospital e Maternidade Camilo Salgado.;
- Hospital e Maternidade Dr. Hélio Alves da Silva Ltda.;
- Hospital e Maternidade Frei Samarate S/C Ltda.;
- Hospital e Maternidade Modelo Ltda.;
- Hospital Santa Maria S/C Ltda.;
- Instituto de Olhos de Ananindeua Ltda.;
- Instituto Integrado de Saúde Ltda.;
- Laboratório Azevedo SG.;
- Laboratório Biolase de Análises Clínicas.;
- Laboratório Diagnóstico – Diagnóstico Laboratórios Ltda.;
- Laboratório Guadalupe S/S Ltda.;
- L.M Serviços Laboratoriais PREVENTLAB.;
- Moreno e Mello Ltda. (EMED).;
- Núcleo Integrado de Saúde S/S Ltda.;
- PEX Serviços Médicos Ltda.;
- R.V Brazão Ltda – Laboratório Ruth Brazão.;
- Unidade de Diagnóstico por Imagem Ltda.

Os proponentes credenciados ficam desde já cientes que as quotas foram distribuídas de acordo com o Fator de Ajuste presente nas Planilhas de Necessidades do Município, que compõem o Anexo I do Edital, uma vez que o presente Credenciamento Público utilizou como parâmetro o critério da Reserva Técnica, apresentado pela Diretoria de Regulação e a disponibilidade financeira do Município de Ananindeua. Além disso, ficam cientes que a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua pagará pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários, conforme tabelas SIA e SIH/SUS, em vigor, editadas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.101/2002 e do Edital para o Credenciamento de Estabelecimentos Prestadores de Serviços na Área da Saúde nº 001/2009 – PMA/SESAU.

Ananindeua (PA), 17 de setembro de 2009.

Comissão Examinadora da Chamada Pública

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO E ADJUDICATÓRIO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2009 – PMA.SESAU

Pelo presente ato, nos termos do art. 38, inciso VII, e 43, VI da Lei Federal nº 8.666/93, e, considerando, todos os atos constantes no Processo nº 032/2009 – ASJUR/SESAU, referente à Chamada Pública nº 001/2009 – PMA.SESAU, HOMOLOGO o procedimento acima mencionado nos termos do Relatório nº 001/2009 – Comissão Examinadora.SESAU, e ADJUDICO o seu objeto, às entidades credenciadas, a seguir relacionadas: Clínica Pediátrica Nossa Senhora de Fátima SS Ltda.; Hospital e Maternidade Frei Samarate S/C Ltda.; Hospital e Maternidade Camilo Salgado; Moreno & Mello Ltda. (EMED); Fernandes & Oliveira Ltda.; Unidade de Diagnóstico por Imagem Ltda.; Laboratório Azevedo SG; PEX Serviços Médicos Ltda.; Hospital Santa Maria S/C Ltda.; CLIMEC – Clínica Médica Ltda.; Instituto Integrado de Saúde Ltda.; CEMAZA – Instituto de Patologia Clínica Ltda.; Laboratório Guadalupe S/S Ltda.; Hospital e Maternidade Modelo Ltda.; Instituto de Olhos de Ananindeua Ltda.;

Hospital e Maternidade Dr. Hélio Alves da Silva Ltda.; R.V. Brazão Ltda. – Laboratório Ruth Brazão; Hospital das Clínicas de Ananindeua; Centro Cirúrgico São Lucas S/C Ltda.; Atroclin – Clínica de Reabilitação Física e Motora S/S Ltda.; Núcleo Integrado de Saúde S/S Ltda.; L.M. Serviços Laboratoriais (PREVENTLAB); CEMAZA – A.A. Centeno Neto e Cia. Ltda.; Laboratório Diagnóstico – Diagnóstico Laboratórios Ltda.; F.C. de Macedo Serviços Médicos Ltda.; e Laboratório Biolase de Análises Clínicas, com valor global de R\$ 24.900.000,00 (Vinte e Quatro Milhões Novecentos Mil Reais), nos termos das especificações contidas nos Edital para o Credenciamento de Estabelecimentos Prestadores de Serviços na Área da Saúde nº 001/2009 – PMA/SESAU, de 09 de julho de 2009.

Autorizo a contratação. Elaborem-se os respectivos Contratos.

Ananindeua (PA), 17 de setembro de 2009.

DEBORAH MAIA CRESPO

Secretária Municipal de Saúde de Ananindeua

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2009 – PMA.SESAU

A Secretária Municipal de Saúde de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio do presente expediente, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, ratificar a Inexigibilidade de Licitação nº 004/2009 – ASJUR/SESAU, consubstanciada no art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93 e pelas razões expostas nos autos do Processo nº 032/2009 – ASJUR/SESAU e determinar a Inexigibilidade de Licitação nº 004/2009 – ASJUR/SESAU, autorizando a contratação das entidades credenciadas, a seguir relacionadas, conforme Relatório nº 001/2009 – Comissão Examinadora. SESAU: Clínica Pediátrica Nossa Senhora de Fátima SS Ltda.; Hospital e Maternidade Frei Samarate S/C Ltda.; Hospital e Maternidade Camilo Salgado; Moreno & Mello Ltda. (EMED); Fernandes & Oliveira Ltda.; Unidade de Diagnóstico por Imagem Ltda.; Laboratório Azevedo SG; PEX Serviços Médicos Ltda.; Hospital Santa Maria S/C Ltda.; CLIMEC – Clínica Médica Ltda.; Instituto Integrado de Saúde Ltda.; CEMAZA – Instituto de Patologia Clínica Ltda.; Laboratório Guadalupe S/S Ltda.; Hospital e Maternidade Modelo Ltda.; Instituto de Olhos de Ananindeua Ltda.; Hospital e Maternidade Dr. Hélio Alves da Silva Ltda.; R.V. Brazão Ltda. – Laboratório Ruth Brazão; Hospital das Clínicas de Ananindeua; Centro Cirúrgico São Lucas S/C Ltda.; Atroclin – Clínica de Reabilitação Física e Motora S/S Ltda.; Núcleo Integrado de Saúde S/S Ltda.; L.M. Serviços Laboratoriais (PREVENTLAB); CEMAZA – A.A. Centeno Neto e Cia. Ltda.; Laboratório Diagnóstico – Diagnóstico Laboratórios Ltda.; F.C. de Macedo Serviços Médicos Ltda.; e Laboratório Biolase de Análises Clínicas, para a prestação de serviços médicos ambulatoriais, laboratoriais e hospitalares de média e/ou alta complexidade para atendimento aos usuários do SUS, de forma complementar à rede básica do município de Ananindeua por um período de 12 (doze) meses, considerando que apresentam condições técnicas e estruturais exigidas para o credenciamento .

Ananindeua (PA), 17 de setembro de 2009.

DEBORAH MAIA CRESPO

Secretária Municipal de Saúde de Ananindeua